



## POR SOBERANIA ENERGÉTICA E PREÇOS ABRASILEIRADOS

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Destacamos que a área energética do Brasil foi historicamente construída para ser um setor de excelência, mesmo tendo inúmeras contradições. Temos bases naturais (água, rios, petróleo, sol, vento, entre outros) que através do trabalho dos trabalhadores proporcionam vantagens comparativas a nível mundial. Temos uma indústria de petróleo e de eletricidade com potencialidade para se transformar em uma das maiores indústrias soberana do mundo e em condições de atender as necessidades prioritárias do povo brasileiro. Temos indústria de bens e serviços capaz de atender o conteúdo nacional das cadeias de produção de energia. Temos trabalhadores e trabalhadoras de alta capacidade que produzem e fornecem a eletricidade, a água, o gás de cozinha, a gasolina, o óleo diesel, os fertilizantes agrícolas e demais derivados deste imenso país. Temos produção e domínio de tecnologias construídas e conhecidas, e temos experiências de como tratar com dignidade os atingidos pelas obras e trabalhadores do setor.

No entanto, as evidências na questão energética revelam uma situação dramática deixada ao país pelos Governos Temer e Bolsonaro. A selvageria dos preços do gás de cozinha, combustíveis e energia elétrica foram transformados em instrumento de rapinagem sobre o povo brasileiro. Empresas estratégicas foram fatiadas, estranguladas e privatizadas. As principais estruturas de Estado foram destruídas ou estão capturadas por especuladores e rentistas de plantão.

É uma situação de destruição da soberania energética, da ciência e tecnologia e de todas as iniciativas de industrialização da energia. Nem a independência e a segurança energética do país estão garantidas.

A Petrobrás foi fatiada e áreas estratégicas foram transferidas ao controle de grupos estrangeiros associados à rentistas locais.

O Governo Lula receberá um país com um rombo de R\$ 500 bilhões no setor elétrico e trajetória de grandes aumentos na conta de luz nos próximos anos. A venda da Eletrobrás causará mais aumentos de tarifas, privatização dos reservatórios e as demissões em massa de trabalhadores tendem gerar perda de qualidade e apagões no futuro próximo.

Prossegue a inexistência de um marco legal que garanta os direitos das populações atingidas pelas obras, não existe um órgão responsável e nem um fundo para equacionar as questões sociais e ambientais das obras e nem da segurança das pessoas. Para os trabalhadores do setor são nítidas as políticas de diminuição dos direitos, da terceirização e precarização do trabalho.

A água e o saneamento estão sendo privatizados em todos os aspectos e prevalece a lógica dos setores rentistas.

O fato é que a política energética deixada pelo governo Bolsonaro é um projeto de privatização de tudo, internacionalização dos preços, destruição da soberania energética e reprimarização da indústria de eletricidade e de petróleo e gás do Brasil. Enquanto os acionistas extraem lucros abusivos, o povo brasileiro é a vítima principal.

O novo governo precisa considerar que a questão energética possui extraordinária importância estratégica na reindustrialização nacional. A energia é questão sensível, de grande alcance popular e pode gerar instabilidade social e conflitos políticos de grandes proporções.

O boicote a tudo que é público e para o povo, também conta com o forte enraizamento do neofascismo nos cargos públicos de alto escalão do Estado.

O futuro comando do Ministério de Minas e Energia (MME) necessita comprometimento com as seguintes proposições para transição energética para melhorias imediatas ao povo brasileiro:

1- Mudar a política dos preços e das tarifas dos produtos nacionais, porque são questões centrais para o controle e a distribuição das riquezas produzidas no País e para reindustrialização nacional. Devemos abasileirar e estabelecer os preços com base nos custos de produção nacionais, base não apenas nas cotações internacionais.

2- Garantir forte investimento público e Estatal como vanguarda do desenvolvimento nacional. Para recuperar a soberania, reaver a Eletrobrás, Liquegás, Fafen(s), refinarias que foram privatizadas, BR Distribuidora sob o controle do Estado e recuperar a capacidade de Refino nacional. Deve ser compromisso anular as iniciativas de privatização da água (reservatórios, rios e demais potenciais) e priorizar o saneamento básico de caráter público.

3- Retomar investimentos no refino e produção de fertilizantes para atender a demanda que o Brasil necessita. E rever a lei do gás com maior inserção da Petrobras no segmento de gás natural da produção à distribuição.

4- Criar uma nova política de conteúdo local, envolvendo a indústria nacional não apenas no setor de E&P, como também em outros segmentos.

5- Reformar as estruturas de Estado para ter empresas públicas de excelência no setor elétrico e petróleo e instituições democráticas para fazer política energética nacional, moldadas pela participação e democracia da maioria do povo brasileiro.

6- É tempo de garantir a proteção e direitos dos atingidos e trabalhadores do setor de energia.

7- Aplicar uma política de transição energética justa sob o comando do Estado sem reduzi-la apenas à escolha da matriz tecnológica renovável, mas orientado sob as bases organizativas para uma nova política energética que garanta soberania e pleno respeito aos trabalhadores de todas de geração de energia (renováveis e não renováveis) e as comunidades onde estas indústrias estão instaladas. A Petrobrás, integrada e com expertise deve ter importância estratégica para liderar para uma energia moderna com a participação dos trabalhadores.

8- Instituir uma política de reindustrialização nacional nas cadeias de produção de toda energia, liderada pelo Estado, como forma mais eficiente para gerar empregos e renda ao nosso povo, garantir autossuficiência, segurança e excelência nos resultados com a partilha e justa distribuição dos benefícios e resultados produzidos nas áreas de energia.

9- Desenvolvimento de conhecimento e tecnologia soberana em áreas estratégicas, para garantir a melhor qualidade em termos de eficiência e produtividade, e desenvolver elevado grau de educação, organização e conhecimento de todo o povo brasileiro sobre a questão energética nacional.

10- Promover a democracia, a participação e maior controle popular nas decisões sobre a política energética nacional e nas estruturas de Estado. A começar pela CNPE, ONS, EPE, ANEEL, ANP, ANA, CCEE e CADE.

Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

## ***Água e Energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular!***

Organizações membros da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia:

AEEL – Associação dos Empregados da Eletrobrás; CNE – Coletivo Nacional dos Eletricitários; CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; CNU - Confederação Nacional dos Urbanitários; CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos; FTIUESP - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo; FURCEN - Federação Regional dos Urbanitários Centro-Oeste; FISENGE - Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros; FNU - Federação Nacional dos Urbanitários; FRUNE - Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste; FSU - Federação Regional dos Urbanitários do Sul; FTUN - Federação dos Trabalhadores Interestadual Urbanitários do Norte; FRUSE - Federação Interestadual dos Urbanitários do Sudeste; FUP - Federação Única dos Petroleiros; Sindipetro AM; Sindipetro CE/PI; Sindipetro RN; Sindipetro PE; Sindipetro BA; Sindipetro MG; Sindipetro ES; Sindipetro Caxias; Sindipetro NF; Sindipetro Unificado SP; Sindipetro PR/SC; Sindipetro RS; SINAERJ - Sindicato dos Administradores do Estado do Rio de Janeiro; SINTERN; INTERCEL; INTERSUL; Levante Popular da Juventude; MCP - Movimento Camponês Popular; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; PROIFES – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico; SENGE/BA - Sindicato dos Engenheiros da Bahia; SENGE/PR - Sindicato dos Engenheiros do Paraná; SENGE/RJ - Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro; SINDIELETRO/MG; SINDUR/RO; SINERGIA/SC; SINERGIA/BA; STIU/DF.